

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONTROLE INTERNO

ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO
GESTOR:	GIVANILDO DE SOUZA COSTA
PERÍODO:	01/10/2025 Á 31/12/2025

1 – INTRODUÇÃO

Em cumprimento as determinações legais, e em observância ao que dispõe o art. 74 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101 e da Resolução do TCE/SE nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Poder Executivo, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 4º Trimestre do exercício financeiro de 2025.

O orçamento para esse exercício foi fixado no valor total de **R\$ 95.000.000,00**, através da Lei Orçamentária nº 865, de 20 de dezembro de 2024, aprovada com um percentual de suplementação de 80%.

2 – CONTROLE FINANCEIRO

2.1 - RECEITA

As receitas orçamentárias arrecadas no período totalizaram em R\$ 28.375.469,77 (vinte e oito milhões trezentos e setenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos).

2.2 - DESPESA

As despesas orçamentárias no período totalizaram em R\$ 3.530.869,88 (três milhões quinhentos e trinta mil oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos) conforme discriminado abaixo:

EMPENHADA	3.530.869,88
LIQUIDADA	7.228.776,85
PAGA	7.176.269,61

4 – DISPONIBILIDADES

O Controle dos saldos bancários são devidamente acompanhados. O saldo mensal vem discriminado a seguir:

	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
BANCO	28.666.733,55	31.764.835,37	26.227.376,55

5 – RECEITA E DESPESA EXTRA

RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	
OUTUBRO	668.180,73
NOVEMBRO	674.590,69
DEZEMBRO	1.602.171,93

DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	
OUTUBRO	558.423,76
NOVEMBRO	419.556,64
DEZEMBRO	1.762.652,78

6 – GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Relativamente aos bens permanentes, verificou-se que as incorporações, transferências e baixas são registradas no sistema analítico informatizado de controle patrimonial.

Quanto ao almoxarifado, verificamos que: os estoques de materiais de consumo são proporcionais às necessidades contínuas dos setores que os utilizam, denotando a observância ao princípio constitucional da economicidade; as instalações são apropriadas e seguras para a guarda e depósito dos materiais; à exceção daqueles adquiridos através do regime de adiantamento, bem como os para consumo imediato, todos os demais materiais adquiridos transitam pelo almoxarifado; os materiais estocados são distribuídos aos diversos setores da administração, mediante requisição devidamente assinada, por servidor autorizado a requisitá-los.

7 – GASTO COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	95.481.002,69
GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO	50.646.016,16
% APLICADO COM PESSOAL	53,04%

8 – APLICAÇÃO COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)

Foram aplicados R\$ 13.949.618,70 (treze milhões novecentos e quarenta e nove mil seiscentos e dezoito reais e setenta centavos) na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa 26,20% das receitas resultantes de imposto e transferências que somaram o valor de R\$ 53.241.853,27 (cinquenta e três milhões duzentos e quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos). O resultado do trimestre ficou acima da aplicação mínima dos 25% previsto na Constituição Federal.

9 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB).

Foram aplicados R\$ 29.485.623,76 (vinte e nove milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos) na manutenção e desenvolvimento da educação básica, o que representa 82,87% das receitas resultantes de repasse e de rendimentos bancários recebidos e somaram o valor de R\$ 29.485.623,76 (vinte e nove milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos). O resultado do trimestre ficou (acima) da aplicação mínima dos 70% previsto na Constituição Federal.

10- APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A despesa paga com ações e serviços público de saúde até esse trimestre atingiu a cifra de R\$ 8.905.863,22 (oito milhões novecentos e cinco mil oitocentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos) atingindo um percentual de 18,30% das receitas resultantes de imposto e transferências que somaram o valor de R\$ 48.672.910,04 (quarenta e oito milhões seiscentos e setenta e dois mil novecentos e dez reais e quatro centavos). O resultado do trimestre ficou acima do limite da aplicação mínima dos 15% previsto na Emenda Constitucional nº 29 de 2000.

11 - CONCLUSÃO

Este exame teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais, de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais. O presente relatório tem ainda o objetivo de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante. Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório, estão arquivados por este Setor de Controle Interno, a disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Salgado/SE, 31/12/2025



Documento assinado digitalmente
DANILLA IRES LIMA SANTOS
Data: 27/01/2026 12:53:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Danilla Ires Lima Santos
Controle Interno